

## CONVERSA ABERTA: Sobre a visita do Papa Bento XVI às Nações Unidas

*Realizada em 18 de abril de 2008 na sede do CEBRAP*

Enquanto na sexta-feira Bento 16 fazia seu discurso na Assembléia das Nações Unidas, em Nova York, em São Paulo um grupo de especialistas se reunia para ouvir, entender e interpretar a fala do papa. Os convidados eram jornalistas que cobrem a área. “O papa tratou de como as nações vão definir um bem comum no nível do direito internacional”, resumiu Paula Montero, chefe do departamento de Antropologia da USP. No entender do papa, se “a ONU funcionar bem, ela será um prolongamento humano daquilo que a Igreja já é no plano da transcendência”.

“O papa falou o que era esperado. Lembrou que a Igreja é a única instituição transcendente e que, por ser detentora do monopólio da verdade, tem também o monopólio da aplicação das regras”, disse o filósofo José Arthur Giannotti, professor emérito de filosofia da USP. Os dois são pesquisadores do Cebrap, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

No discurso de 40 minutos, o papa destacou os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e repetiu palavras de João Paulo 2, em 1995, quando disse que a ONU deveria ser “centro moral no qual todas as nações do mundo se sentiam em casa”. Para Bento 16, em todos os cenários, e diante das nações, a Igreja é que detém a verdade, pois só ela é transcendente”.

O encontro foi promovido pela Comissão de Cidadania e Reprodução, CCR, que funciona junto ao Cebrap, e coordenado por Margareth Arilha – Diretora Executiva. Também participaram a demógrafa Elza Berquó e o médico Cristiano Fernando Rosas, membros do Conselho Diretor da CCR.

As observações e comentários dos participantes, embora tenham se concentrado no pronunciamento feito na ONU, também abordaram temas tratados pelo papa na sua viagem de cinco dias aos EUA.

Abaixo, trechos das observações dos participantes:

### **Abuso sexual e celibato**

Em pelo menos três ocasiões, ao longo de sua viagem, o papa fez referência aos casos de abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes pelo clero católico norteamericano. Na quinta-feira, 17, na capela da nunciatura apostólica em Washington, o papa se reuniu com um pequeno grupo de vítimas e familiares daqueles que sofreram abusos. Na mesma manhã, durante a homilia que presidiu no estádio National Park de Washington, o papa falou da “dor que sofreu a Igreja na América como consequência do abuso sexual de

## COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO

menores”. “Nenhuma palavra minha poderá descrever a dor e o dano produzido por tal abuso. É importante que se preste uma cordial atenção pastoral aos que sofreram”.

Por último, o papa pediu um voto de confiança aos sacerdotes, para que sejam reafirmados “no excelente trabalho que fazem”. “E, sobretudo, orem para que o Espírito Santo derrame seus dons sobre a Igreja, os dons que levam à conversão, ao perdão e o crescimento na santidade.”

Pelos cálculos de entidades internacionais, foram mais de dez mil casos de abusos ocorridos nas duas últimas décadas, com bilhões de dólares em indenização pagos pela Igreja.

Giannotti – Para mim, encontrar-se com os pais e parentes das vítimas é um grande escândalo, é um ato moralmente condenável, - é como expor a ferida de novo.

Paula Monteiro – Eles foram suficientemente espertos: uma coisa é dizer que a Igreja cometeu abuso, outra é dizer que o padre fez isso. Eles conseguiram colocar o desvio no padre. Eles se adiantaram, pagando indenizações. Se tivessem resistido, a instituição estaria decadente, mas conseguiram controlar dizendo que o desvio era daquele padre.

Fábio – você consegue separar a atuação do homem, como se houvesse uma fraqueza, um desvio ético, pede desculpas, perdão...

Cristião Rosas - Fico imaginando se uma situação semelhante acontecesse em outra situação da atividade humana. Se surgissem dez mil acusações de abuso, por exemplo, contra médicos pediatras ou ginecologistas, a confiança na profissão, na medicina, desmoronaria completamente.

Gianotti – Mas isso não aconteceria em outra profissão, porque essa questão do abuso está ligada especialmente ao celibato. O que está em crise é o celibato, do qual a Igreja não quer abrir mão. Nós vivemos um fenômeno onde a sexualidade perdeu qualquer sentido de privacidade. Os padres são tentados como qualquer um de nós, só que eles não podem. Esse problema de pedofilia, do homossexualismo, dos padres que têm filhos, é enorme no mundo inteiro, mas a Igreja sempre conseguiu esconder. Mesmo em São Paulo, no Brasil, quando um padre pega Aids, quando se sabe de um caso de pedofilia, eles são jogados para outros países, vão para a África, Moçambique, Angola... ou são mandados para uma paróquia distante. Essa é uma política da Igreja, mas nos EUA essa política não pode ser feita como se faz no Brasil, porque lá tudo se bota na Justiça, e as indenizações são altas.

Outra questão importante é a família, tratada no texto como a sagrada família, uma família que forma uma comunidade, mas que tem laços familiares. O que ele está dizendo é que a relação política tem uma base de relação familiar. Todos nós formamos uma mesma família. E não é à toa que o papa não abandona o celibato. Porque na hora que o padre pertencer a duas famílias, à sua família e à grande família da Igreja, haverá problemas. O

# COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO

que coloca também outra questão muito séria, que é a da propriedade. Então não é por acaso, nem por moral, que a Igreja não abre mão do celibato.

## A Ética acima de tudo

No seu discurso de 17 parágrafos nas Nações Unidas, o papa dedicou apenas um à Ética e à Ciência, temas que têm colocado a Igreja no centro de polêmicas, especialmente depois do início de seu reinado, três anos atrás.

“Não obstante aos grandes benefícios que a humanidade pode tirar (dos resultados das descobertas da pesquisa científica e tecnológica), alguns aspectos de tais aplicações representam uma clara violação da ordem da criação a ponto de não contradizer somente o caráter sagrado da vida humana, mas a própria violação da pessoa e da família em sua identidade natural”, diz um trecho de seu pronunciamento. No mesmo parágrafo, o papa diz que “a ação internacional na busca de preservar o ambiente, e proteger as várias formas de vida sobre a terra, não deve garantir somente um uso racional da tecnologia e da ciência, mas deve redescobrir a autêntica imagem da criação”. E conclui: “Isso não exige nunca uma escolha entre ciência e ética, mas se trata de adotar um método científico que respeite verdadeiramente os imperativos da ética”.

Em nenhum momento do discurso o papa nomeou questões como células-tronco, clonagem e mesmo o aborto.

Cristião Rosas – Me chama atenção a alusão que o papa faz às novas descobertas científicas e como elas estão sendo aplicadas. E que essa aplicação não pode perder de foco a criação, o caráter sagrado da vida, que está de certa forma violando a própria pessoa, a família, etc. E no fim ele diz, ‘mas se trata de adotar um método científico, que respeite verdadeiramente os imperativos da ética’.

É interessante essa relação da ciência respeitando os imperativos da ética, já que os experimentos tem sido realizados com os princípios maiores da beneficência, de atingir o prolongamento da vida das pessoas... E na minha avaliação, o que parece é que do ponto de vista da Igreja se tem uma interpretação moral, e não uma reflexão ética com relação a esses experimentos. Se define, por exemplo, na questão das células-tronco, que é algo não possível de ser realizado por conta de a vida já estar formada, e ter o mesmo valor de um ser humano adulto. Numa reflexão ética, você facilmente rebate essa visão de mundo.

Outra coisa. Ele fala várias vezes sobre equidade, sobre dignidade da pessoa, respeito, e justiça da pessoa humana, e aí eu vejo uma das impressões mais marcantes dos direitos humanos. Mas voltando ao meu foco, de médico ginecologista, os direitos sexuais e reprodutivos são a dignidade da pessoa. Nada mais digno que a pessoa poder decidir sobre seu corpo, sobre o número de filhos, qual o método de contracepção. Então eu vejo aí um

# COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO

contrasenso difícil de compreender, pois se a gente a fala em dignidade de uma pessoa, se entende que ela possa ter essa decisão.

Ele fala também da equidade, entre as regiões mais e menos necessitadas, entre os pobres e excluídos, mais humildes. Que é também o princípio da bioética, como eu vejo os programas de saúde pública, do planejamento familiar, de redução de danos com o aborto, com esse foco não só da beneficência, mas da equidade. São as populações mais excluídas, marginalizadas, menos intelectualizadas, que têm menos acesso a métodos contraceptivos, são mais vulneráveis à violência sexual, à gestação forçada...

## **Só a Igreja é transcendente**

Paula Montero – Me parece que o papa construiu todo o texto em cima de três argumentos que têm a ver com a natureza do universalismo do mundo contemporâneo. Um tem a ver com o universalismo da ciência, outro com o universalismo dos Estados, e outro com a forma com a qual a ONU lida com diferenças. Esse tipo de direito universal, que todo o Ocidente acatou, diz que todos têm direito às suas próprias idéias, às suas próprias religiões, Então ele está tentando criar prerrogativa de definir qual é o verdadeiro universalismo, é assim que eu vejo. Ele está dizendo que o universalismo histórico é menor e menos potente que o universalismo fora da história. Tudo está montado nessa argumentação. Quando ele diz frases, por exemplo, com relação à soberania dos Estados, que é um erro retornar ao comportamento pragmático limitado a determinado terreno comum, que os Estados poderiam fazer isso, mas eles não têm a capacidade de fazer isso porque não tem o ponto de vista da transcendência. Quem tem a prerrogativa da transcendência é Igreja, e não os estados. Então eles podem até se arranjar, entrar em acordo, mas vai faltar alguma coisa, porque o direito da soberania não contempla o direito à proteção. Você precisa de uma instituição fora da história para dizer que essa intervenção é legítima. O homem é limitado porque sempre vai carregar interesses históricos conjunturais. É preciso uma avaliação da decisão humana que nenhum Estado é capaz de ser portador, porque ele é histórico. Logo, só a Igreja tem e pode.

## **Homens podem criar direitos, mas não fazem justiça**

Paulo Montero - Outra discussão: é a partir da aplicação de procedimentos corretos que se pode chegar à definição de bem comum, e com isso você pode até equilibrar os direitos contrastantes. Mas é preciso achar um ponto de vista comum.... Tudo o que os homens fazem, para o papa é erro, é reducionismo. E tudo tem uma hierarquia menor com relação ao que a Igreja pode fazer. Com isso, ele está também tentando fazer essa distinção entre legalidade e justiça, que acho muito importante, porque, para ele, essas duas coisas não são coincidentes; Ele diz, ‘a legalidade não é expressão automática da justiça. Os homens podem até criar direitos, criar legalidades, mas não estão fazendo justiça’. Porque é em outro lugar que a Justiça se define, e não no direito. Então é preciso achar esse ponto de vista que seja capaz de discernir o que é realmente justiça. E o direito é incapaz de fazer isso, porque ele é humano.

# COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO

Giannotti - Já no primeiro parágrafo, o papa inverte a posição de tal forma que as Nações Unidas, que é um instituto político, se torne um instituto moral. Sua primeira intervenção é no sentido de tirar a política do eixo. Então ele vai dizer, 'a Organização deveria ser centro moral com todas as nações do mundo desenvolvendo a comum consciência de ser uma espécie de família das nações'. Basicamente, ele diz que as Nações Unidas não são um instituto político, e sim moral.

Posto que é moral, os conflitos passam a ter um problema sério, a ciência tem que se submeter à moralidade, que é superior a qualquer força política. Só que, quem define a ética não é a ciência. Temos aí o velho esquema tradicional de teologia, entendida como moral.

O mais interessante é que, em vista disso, ela, a ONU, pode intervir. As Nações Unidas, tendo um princípio moral, o direito de intervenção passa a ser um direito ligado ao direito natural. Antes do direito positivo, nós temos o direito natural. A dignidade humana então passa a ter um sentido de direito natural, e não mais um direito positivo. Logo, os homens não criaram esse direito e, portanto, ele, o papa, pode esculhambar as relações relativistas.

No seu entender, o 'dever das Nações Unidas é o propor uma visão da fé, não em termos de intolerância, de discriminação e conflitos, mas em termos de respeito total da verdade, da coexistência, dos direitos e da reconciliação'. O problema está no fato de que, quem define a verdade, são eles. A verdade já foi definida religiosamente, como única, sem considerar o outro, que desaparece. Há uma verdade acima de tudo. É a Deus que nós devemos nos reportar. A verdade não tem mais nada a ver com o outro, eu posso sozinho, na minha peregrinação das almas, chegar à verdade.

## **A ONU é o braço humano da verdade transcendente**

Paula Montero – O papa não nomeia a verdade, a verdade é um lugar dado, e essa verdade entra em relação com as outras esferas. É muito difícil saber qual é a verdade, e nem os homens sabem qual é.

Num dos trechos, o papa aborda a questão do discernimento, como é que se chega à verdade...Não é individual, nem histórica. Os países, com suas leis, não chegam a um discernimento. Então, é a dimensão religiosa que dá acesso ao discernimento. É por aí que se chega à visão da verdade.

Gionotti – Ele diz que tem o monopólio, embora não diga com essas palavras. Na medida em que ele tem o monopólio da verdade, ele tem o monopólio da aplicação das regras. Logo, o papa pode intervir.

# COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO

Paula Montero – Bento 16 diz que transcendência da verdade é universal. Então não importam as ideologias políticas.

Giannotti – Mais que isso, não importa a negociação e a luta política. Ela não é indicador da verdade. ‘Pode-se dizer, esses acordos são políticos, mas não são verdadeiros’.

Paula Montero – E a ONU é um anexo, um braço humano da verdade transcendente. E assim o papa não é mais um num lugar em torno de outras vozes. Se a ONU funcionar bem, ela será um prolongamento humano daquilo que a Igreja já é no plano da transcendência.

## **A Igreja se afasta do público para o privado**

Margareth Arilha – Num dos trechos de sua fala, o papa diz que “não se pode limitar a plena garantia da liberdade religiosa ao livre exercício de culto; ao contrário, deve ser considerada a dimensão pública da religião, e portanto, a possibilidade dos crentes de fazerem parte da construção da ordem social”. Na verdade, no meu entender, o que vem acontecendo é uma recusa da ação e da contribuição que se baseia na dimensão religiosa.

Paula Montero – Primeiro, toda a literatura, todas as reflexões sobre o que é a modernidade, se referem ao afastamento da religião para o espaço privado. O papa está reivindicando aqui que não é bem assim. A religião tem que ter sim seu lugar na esfera pública, nada de ficar na vida doméstica.

Gianotti – Essa idéia não significa que a Igreja queira um Estado religioso, não laico. Pelo contrário, ela quer que haja um Estado laico, não quer cometer o erro de Israel, onde há um Estado teológico, onde cada ação do Estado tem um peso religioso e daí tantos problemas. O papa sabe perfeitamente que é preciso um Estado leigo. No entanto é necessário que no Estado leigo o cristão se diga cristão, afirme sua posição do cristianismo.

Paula Montero – Bento 16 é esperto, porque ele está entrando na brecha contemporânea da fragilidade da idéia de soberania nacional. Porque os grandes problemas não são mais nacionais, tem que ser resolvidos e pensados em esferas supranacionais. Então o papa não quer o lugar do Estado porque ele sabe que a Igreja também lida com essas questões supranacionais. O mundo leigo já percebeu isso, e ele já tinha percebido muito antes. A Igreja sempre foi supranacional.

Giannotti – Você não entra na política como cidadão, mas como religioso. O que o papa está dizendo é que o sujeito deve entrar na esfera pública como um católico, protestante, e assim por diante. Você retira da política a formação política.

## COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO

Paula – Assim ele está invertendo o sentido do secular, porque ele está dizendo, ‘a política propriamente dita, tudo bem, tem que separar da religião, mas a esfera pública não’. Ele estimula que se use dessa fé, dessa crença, para influenciar no espaço público.

### **Liberdade é poder professar sua fé publicamente**

Giannotti – Dentro dessa idéia, quando o papa lembra que a Santa Sé tem status de Estado na ONU, ele está dizendo que a Igreja está agindo nas Nações Unidas do ponto de vista moral. Ele diz, sua ação não é apenas política, é política e moral. Quando ele fala em ‘livre atividade dos fiéis’, ele está dizendo liberdade enquanto fiéis.

Paula Montero - A base dos direitos humanos é a liberdade de consciência, e a liberdade de consciência nasceu como liberdade de religião. Quando o papa fala em liberdade do homem, está querendo dizer liberdade de professar sua religião publicamente. Não está falando em liberdade de clonagem, por exemplo. Eles dizem ‘nós fazemos a mesma coisa, nós criamos o bem comum, universal, só que nós fazemos melhor. Nós trabalhamos com a transcendência que vocês não podem trabalhar.

Giannotti – Diferentemente do papa anterior, esse é um papa do pensamento, muito mais do que do espetáculo. O outro fazia a mesma coisa, só que em performance pública. Para esse, o que importa, é doutrinar. E isso é importante para a Igreja, eu acho. Pois se ela não tiver um foco de espiritualidade, ela vai para o brejo. Tanto que a experiência com os padres de passeata (a Teologia da Libertação) foi desastrosa, porque tira do rito esse caráter de transcendência. E ele tem que manter isso para poder manter a unidade da Igreja.